DocuSign Envelope ID: E8601E7A-6A51-4176-85A6-72AFBFDAB89B

Continuação ▸

mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(48.698)	(24.997)
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	323.174	288.173
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações - R$	**(0,15)**	**(0,09)**

24. Receita líquida de vendas: Política contábil: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela geração de energia elétrica no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos ressarcimentos. O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. A receita é reconhecida no resultado quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. O faturamento de suprimento de energia é efetuado mensalmente, com base nos contratos bilaterais. Eventuais diferenças provenientes da energia faturada em relação à energia despachada são reconhecidas como provisão e descontadas subsequentemente no exercício seguinte e quadriênio. **Composição:** A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	Consolidado	
		Reapresentado (Nota 2.1.1 (a))
	31/12/2021	31/12/2020
Receita de venda energia elétrica	142.833	136.447
Provisão de ressarcimento	(39.167)	(30.278)
Receita gerada	103.666	106.169
(-) Encargos sobre concessão	(677)	(630)
(-) Impostos sobre vendas	(3.784)	(3.626)
Receita líquida	**99.205**	**101.913**

25. Encargos de uso do sistema de conexão e transmissão, energia elétrica comprada para revenda:

	Consolidado	
		Reapresentado (Nota 2.1.1 (a))
	31/12/2021	31/12/2020
Encargos de transmissão	(5.603)	(5.359)
	(5.603)	**(5.359)**
Energia elétrica comprada para revenda	(41)	(124)
	(41)	**(124)**

26. Custo de operação:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal	(1.764)	(1.408)
Manutenções	(1.402)	(1.461)
Materiais e serviços de terceiros	(24.148)	(14.634)
Depreciações e amortizações	(31.936)	(31.105)
	(59.250)	**(48.608)**

27. Despesa gerais e administrativas:

	Controladora		Consolidado	
				Reapresentado (nota 2.1.1 (a))
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Seguros			(1.028)	(916)
Comunicações			(292)	(285)
Viagens			(140)	(56)
Despesas Tributárias			(6)	(261)
Outras receitas (despesas) operacionais	(139)	(200)	(853)	551
Serviços de terceiros			(2.783)	(3.651)
Projetos sociais			(121)	(533)
Baixa de imobilizado			(6.055)	(875)
Despesas compartilhados - partes relacionadas			(4.292)	(4.338)
	(139)	**(200)**	**(15.570)**	**(10.364)**

28. Resultado financeiro: Política contábil: Receitas (despesas) financeiras: As receitas financeiras sobre as contas a receber em atraso são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando a taxa de juros prevista contratualmente. Os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receitas financeiras. As receitas financeiras sobre aplicações financeiras são reconhecidas usando a taxa de juros de mercado prevista contratualmente. Os juros são incorporados às aplicações financeiras, em contrapartida de receitas financeiras. As despesas financeiras sobre financiamentos são reconhecidas a taxa de juros prevista contratualmente. As demais despesas financeiras compreendem os valores de atualizações financeiras, fianças bancárias, PIS e COFINS sobre receita financeira. **Composição:**

	Controladora		Consolidado	
				Reapresentado (Nota 2.1.1 (a))
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Juros e atualização monetária de financiamentos	(51.892)	(47.836)	(51.892)	(47.836)
Fianças bancárias	(5.410)	(6.157)	(5.410)	(6.157)
Amortização de custos de emissão de dívida (i)	(932)	(1.065)	(932)	(1.065)
PIS/COFINS sobre receita financeira	(2.027)	(1.942)	(2.027)	(1.942)
Atualização financeira do ressarcimento e desmobilização			(5.830)	(1.912)
Outras despesas financeiras	(1.412)	(1.034)	(1.981)	(2.229)
Despesas financeiras	**(61.673)**	**(58.034)**	**(68.072)**	**(61.141)**
Receitas de aplicação financeira e juros ativo	3.120	1.251	3.926	1.840
Receita financeira de cessão de recebíveis	40.480	40.490		
Receitas financeiras	**43.600**	**41.741**	**3.926**	**1.840**
Resultado financeiro	**(18.073)**	**(16.293)**	**(64.146)**	**(59.301)**

(i) Amortização em virtude das premissas do CPC 20 ao qual permite capitalizar os custos de emissão do serviço da dívida no grupo econômico. **29. Imposto de renda e contribuição social: Política contábil:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. A companhia não possuí impostos diferidos ativos registrados no balanço dado a incerteza da recuperabilidade, pois não há uma previsão de lucros tributáveis futuros, e consequentemente, um "*valuation allowance*" é reconhecido para anular o efeito no balanço. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social na Controladora são apurados com base no regime de tributação do lucro real e nas controladas são apurados com base no regime de tributação do lucro presumido. Com base neste regime, o lucro tributável corresponde a 8% da receita de geração de energia elétrica, acrescido de outras receitas operacionais e financeiras, para fins de imposto de renda, e 12% das vendas de geração de energia elétrica, acrescido de outras receitas operacionais e financeira, para fins de contribuição social. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescido de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 para imposto de renda e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo contábil antes dos impostos	(48.388)	(24.685)	(45.405)	(21.843)
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Imposto calculado com base na alíquota de imposto local, aplicável aos lucros	**16.452**	**8.394**	**15.438**	**7.427**
Despesas permanentes não dedutíveis		(441)		(441)
Despesas temporárias não dedutíveis	1.183		1.183	
Prejuízos fiscais e ajustes temporários para os quais nenhum imposto diferido		2.177		2.177
Resultado de equivalência patrimonial	(10.260)	(2.785)	(10.260)	(2.785)
Diferença de apuração pelo regime de lucro presumido			(9.653)	(9.531)
Encargo fiscal			**(3.292)**	**(3.153)**
Corrente			(4.497)	(4.292)
Diferido			1.205	1.139
Despesa de IRPJ e CSLL			**(3.292)**	**(3.153)**

30. Compromissos:

	Consolidado			
	Até 1 ano	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Arrendamento de terrenos (i)	42.120	82.316	2.177	126.613
Contrato de manutenção GE (ii)	55.917	102.826	12.072	170.815
Contrato de transmissão (iii)	110.617	216.366	5.544	332.527
Comissão fee (iv)	10.379	14.416	5.343	30.138
	219.033	**415.924**	**25.136**	**660.093**

i) Arrendamento de terrenos: Contratos firmados com os proprietários das terras onde os parques eólicos são instalados e preveem prazo de locação de até 49 anos. Os arrendamentos contêm cláusulas de pagamentos variáveis ligados a receita de geração de energia. Tais condições são específicas do setor. Os pagamentos de arrendamentos variáveis que dependem de geração de energia são reconhecidos no resultado no período em que ocorre a condição que dá origem a tais pagamentos. **ii) Contrato de Manutenção GE:** Contratos de longo prazo firmados com o fornecedor das máquinas e equipamentos de cada parque eólico para manutenção. **iii) Contrato de transmissão:** São os contratos de longo prazo junto com as empresas de transmissão para envio da energia gerada em cada parque eólico. **iv) Comissão *fee*:** Conforme prática comum a instrumentos de *project finance*, além das garantias reais exigidas ao cumprimento do financiamento como um todo, consta a necessidade de carta fiança fornecida por instituições financeiras de primeira linha para garantia de 25% do saldo total da dívida existente junto ao BNDES, e extensível aos debenturistas, para o exercício em que a dívida estiver vigente e o projeto não tenha atingido alguns *covenants* preestabelecidos para atendimento da conclusão financeira do projeto. Cabe, portanto, a Companhia pagar às instituições financeiras, a título do serviço de prestação de garantias fidejussórias, o *fee* equivalente a comissão de fiança pelo tempo em que vigorar as respectivas cartas fianças. **31. Cobertura de seguros:** Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo possuía cobertura de seguro patrimonial no montante de R$ 717.983, de lucros cessantes no montante de R$ 106.528 (coberturas compartilhadas com as demais empresas controladas pela Chapada do Piauí Holding I Holding S.A). O seguro de responsabilidade civil no montante de R$ 50.000 é compartilhado com as demais empresas controladas pela Contour Global do Brasil Holding Ltda. e Contour Global do Brasil Participações S.A.. A Administração entende que as coberturas mencionadas acima representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas.

Diretor: **Fernando Chagas** Contador: **Edson Sá** - CRC 1SP263284-O

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas Chapada do Piauí I Holding S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Chapada do Piauí I Holding S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Chapada do Piauí I Holding S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Chapada do Piauí I Holding S.A. e da Chapada do Piauí I Holding S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria:

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA: Reconhecimento da receita e constituição de provisão de ressarcimento decorrente do Contrato de Energia de Reserva (CER): Conforme descrito nas Notas 1 e 24, a receita das controladas decorre da geração e venda de energia elétrica conforme Contrato de Energia de Reserva (CER). As controladas comprometem-se a entregar um volume mínimo de energia que corresponde a totalidade da energia prevista em contrato à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), bem como ressarcir anualmente e quadrienalmente a CCEE caso a energia entregue seja menor à energia contratada. Os riscos observados, e que demandaram foco em nossa auditoria, referem-se ao reconhecimento de receita fora de período de competência e premissas críticas para estimar essas receitas e as provisões para ressarcimento, na medida em que envolve: (a) determinar os volumes de energia entregue versus a energia contratada e (b) atribuir valor da provisão de ressarcimento da energia não entregue anualmente e quatrienalmente conforme estipulado em contrato. **Monitoramento dos índices de covenants:** Conforme descrito na Nota 20, a Companhia mantém contratos de dívida com cláusulas restritivas (covenants) com BNDES e com debenturistas. Caso a Companhia não consiga cumprir com as cláusulas restritivas de seus contratos, tais operações poderão ser declaradas vencidas antecipadamente, o que poderia motivar uma reclassificação desses passivos não circulantes para circulantes. O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, devido à sua relevância no contexto das demonstrações financeiras e pelo fato do descumprimento dos índices exigir a obtenção de waivers para suspensão de exigibilidade previamente a data-base de encerramento das demonstrações financeiras. Adicionalmente, conforme descrito na Nota 20 a Companhia não atingiu os índices descritos nas cláusulas restritivas (covenants). Dessa forma: (i) o BNDES concedeu waiver que suspende a exigibilidade da dívida no curto prazo; (ii) considerando que não foi possível determinar se será decretado o vencimento antecipado das debêntures, por não comparecimento dos debenturistas na Assembleia, a Companhia manteve a dívida das debêntures no montante de R$ 106.172 mil, no curto prazo. **Gerenciamento de capital - risco de liquidez a curto prazo:** Conforme Nota 1.3, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo no montante de R$ 153.408 mil, no consolidado e R$ 27.651 mil, na controladora. A administração da Companhia possui expectativa, baseada em suas projeções de resultados e fluxos de caixa futuros para os próximos doze meses a partir da data do balanço, de auferir lucros operacionais e de gerar liquidez, a qual considera que será suficiente para a reversão da atual situação de capital circulante líquido negativo a curto prazo. Essas projeções consideram determinadas premissas que são sensíveis às condições do cenário econômico e ambiental e, portanto, fora do controle da Companhia, como por exemplo, oscilações das taxas de juros e as condições climatológicas (geração de vento). Considerando que a utilização de diferentes premissas e julgamentos poderiam ocasionar em diferentes resultados e fluxos de caixa futuros, determinamos esse assunto como significativo em nossa auditoria. Adicionalmente, a Companhia conta com o suporte financeiro do seu acionista controlador para honrar os seus compromissos de curto e longo prazo. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** As evidências de auditoria consideradas apropriadas e suficientes foram obtidas por meio de uma combinação de testes de controles internos e procedimentos substantivos de auditoria, a saber: (i) entendimento dos controles internos relevantes; (ii) análise de transações de receitas por meio da comparação entre a energia entregue e a energia contratada. CER; (iii) confirmações externas com base nos relatórios mensais da CCEE; (iv) reconciliação da receita anual por meio da obtenção de relatórios externos disponibilizados pela CCEE com a informação da energia efetivamente gerada pelos parques eólicos de Chapada I; (v) análise do cálculo da provisão de ressarcimento considerando os critérios e premissas previstos no contrato. Nossos procedimentos revelaram que as premissas para o reconhecimento da receita e de provisão de ressarcimento adotadas pela Companhia atendem à norma de reconhecimento de receita e de provisões, respectivamente, bem como as divulgações feitas nas notas explicativas, são apropriados em todos os aspectos relevantes. As evidências de auditoria consideradas apropriadas e suficientes foram obtidas por meio de procedimentos substantivos de auditoria, a saber: (i) leitura crítica dos contratos de endividamento visando entender as cláusulas existentes; (ii) obtenção dos controles da administração sobre o cumprimento das cláusulas pactuadas (covenants); (iii) teste do cálculo dos indicadores-chave financeiros previstos nas cláusulas de Covenants, com base nas referidas demonstrações contábeis; considerando análise e interpretação dos seus componentes financeiros; (iv) exame da movimentação de pagamentos e entradas de novos empréstimos durante o exercício; (v) recálculo dos juros e encargos financeiros e confronto com os livros contábeis; (vi) verificação da apropriada classificação entre passivo circulante e não circulante; (vii) confirmação, através do envio de cartas de circularização à instituições financeiras, dos saldos em aberto, cláusulas contratuais, taxa de juros entre outras informações. (viii) obtenção, leitura e análise do waiver obtido pela Companhia. Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, os seguintes procedimentos: (i) Realizamos o entendimento das políticas de administração de risco de liquidez da Companhia e do processo de elaboração e aprovação das projeções de fluxo de caixa, bem como revisamos a coerência das principais premissas utilizadas pela Compahia na elaboração do fluxo de caixa. (iii) Analisamos os eventos subsequentes até a data de emissão deste relatório. Consideramos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras estão consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 08 de abril de 2022

PricewaterhouseCoopers - Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP000160/O-5

Lia Marcela Rusinque Fonseca - Contadora CRC 1SP291166/O-4

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 0005006-64.2019.8.26.0020 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional XII - Nossa Senhora do Ó, Estado de São Paulo, Dr(a). Sabrina Salvadori Sandy Severino, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) possível sucessor de ALBINO MAMMINI BONAZZA, RODRIGO ANDRADE BONAZZA, Brasileiro, que por este Juízo tramita a ação de Cumprimento de sentença por parte de Banco BMD S/A - Em Liquidaçã Extrajudicial. Encontrandose o correu em lugar incerto e não sabido, nos termos do art.513, §2º, IV do CPC, foi determinada a INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 dias úteis, a contar do prazo deste edital, pague a quantia de R$ 17.842,85, devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (art. 523 e parágrafos, do CPC). Nos termos do art. 525 do CPC, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 dias úteis para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresentem impugnação nos autos. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - Acha-se aberto na Prefeitura do Município de Bragança Paulista o seguinte certame licitatório: PREGÃO PRESENCIAL N° 084/2022 - OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS, TAIS COMO ARRUELA, BRAÇO PARA ILUMINAÇÃO, CABO DE COBRE, CABO PP, CINTA CIRCULAR, LÂMPADA, LUMINÁRIA, PARAFUSO, E REATOR, PARA OBRAS DE ILUMINAÇÃO NO MUNICÍPIO, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS.

DATA DA ABERTURA: 28.04.2022 AS 09:30 HORAS - O edital está disponível no Balcão da Divisão de Licitação, Compras e Almoxarifado, à Avenida Antônio Pires Pimentel, nº 2.015, Centro, em dias úteis das 09h00 às 16h00 e no site http:\\braganca.sp.gov.br (Portal do Cidadão). Bragança Paulista, 06 de abril de 2022. MARCEL BENEDITO DE GODOI - Chefe da Divisão de Licitação, Compras e Almoxarifado.

COMFRIO SOLUÇÕES LOGÍSTICAS S/A

CNPJ/MF 01.413.969/0007-42 – NIRE 35902767801

Edital de Termo de Responsabilidade Nº 14/2022

A Junta Comercial do Estado de São Paulo torna público que o fiel depositário dos gêneros e mercadorias recebidos pela filial da sociedade empresária "COMFRIO SOLUÇÕES LOGÍSTICAS S/A", NIRE 35902767801, CNPJ/MF 01.413.969/0007-42, localizada na Rodovia Deputado João Hermann Neto, nº 4500, SP-133, Km 4,5, Zona Rural, Limeira/SP, CEP 13489-899, Sr. Cassio Ferreira Costa, portador da cédula de identidade RG nº 29.635.872-1 – SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 272.297.838-52, por meio da procuradora (nº de registro JUCESP 120.829/22-8), Sra. Karina Miura de Campos, portadora da cédula de identidade RG nº 33.864.928-1 – SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob nº 315.173.148-10, assinou em 24/03/2022 o Termo de Responsabilidade nº 14/2022 com fulcro nos arts. 1º, § 2º, do Decreto Federal nº 1.102/1903 e do art. 3º, parágrafo único, da IN nº 72/2019, do Departamento de Registro Empresarial e Integração, devendo ser publicado e arquivado na JUCESP o presente edital, nos termos do art. 8º da supracitada Instrução Normativa. Ademar Bueno. Vice-Presidente respondendo pelo expediente da JUCESP Presidência.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2022 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2022
PROCESSO Nº 007/2022
HOMOLOGAÇÃO

O Município de Araçatuba, por meio da Secretaria Municipal de Administração - Divisão de Licitação e Contratos TORNA PÚBLICO a todos os interessados que o Pregão Presencial de menor preço por item, destinado ao REGISTRO FORMAL DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS CONTRATAÇÕES DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERAPIAS PARA ATENDIMENTO DE MANDADOS JUDICIAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei o Sr. Prefeito Municipal, DILADOR BORGES DAMASCENO, homologa o presente certame, conforme Ata da Sessão Pública, para as empresas classificadas:

- HOME CARE CENE HOSPITALLAR LTDA, para fornecer os itens: 02, 03, 04, 05, 07;
- NATALI & ANTUNES NATALI LTDA-ME, para fornecer o item: 06;
- PROMIND PSIQUIATRIA LTDA-ME, para fornecer o item: 01.

GABINETE DO PREFEITO, 05 de abril de 2022.
DILADOR BORGES DAMASCENO - PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2022 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2022
PROCESSO Nº 282/2022
HOMOLOGAÇÃO

O Município de Araçatuba, por meio da Secretaria Municipal de Administração – Divisão de Licitação e Contratos TORNA PÚBLICO a todos os interessados que o Pregão Presencial de menor preço por item, destinado ao REGISTRO FORMAL DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE PELÍCULAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei o Sr. Prefeito Municipal, DILADOR BORGES DAMASCENO, homologa o presente certame, conforme Ata da Sessão Pública, para as empresas classificadas:

- TINPAVI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TINTAS EIRELI - EPP, para fornecer os itens: 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22.
- ITENS FRACASSADOS: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15.

GABINETE DO PREFEITO, 06 de abril de 2022.
DILADOR BORGES DAMASCENO - PREFEITO MUNICIPAL

COMUNICADO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 059/2021 - PROCESSO Nº 1.111/2021

O MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA, através da Secretaria Municipal de Administração - Divisão de Licitação e Contratos, TORNA PÚBLICO a homologação do item 03 (Aflibercepte 40mg/ml) para a empresa AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, classificada em quarto lugar no item, no Pregão supracitado, nos termos do artigo 19 do Decreto 7.982/2013.

GABINETE DO PREFEITO - Araçatuba, 06 de abril de 2022.
DILADOR BORGES DAMASCENO - PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Araçatuba, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Divisão de Licitação e Contratos, torna público, por determinação do Senhor Prefeito, o Sr. DILADOR BORGES DAMASCENO, para conhecimento das empresas interessadas, observada a necessária qualificação, que está promovendo, a seguinte licitação de MENOR PREÇO POR ITEM na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2022 - PROCESSO Nº 164/2022

OBJETO: AQUISIÇÃO DE RETROESCAVADEIRA.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Do dia 08/04/2022 até as 08h30min do dia 29/04/2022.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 08h31min do dia 29/04/2022.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA POR LANCES: Às 09h00min do dia 29/04/2022.
MODO DE DISPUTA: ABERTO
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
LOCAL: www.bll.org.br/ "Acesso Identificado no link - licitações".
O Edital será disponibilizado gratuitamente através dos sites: www.aracatuba.sp.gov.br e www.bll.org.br.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DLC
Araçatuba, 07 de abril de 2022.
ANA CAROLINA DOS REIS - DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0198902-46.2007.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 14ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Ronnie Herbert Barros Soares, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) IRINEU KENJI AKIRA NISHIYAMA, CPF 214.456.398-58, com endereço à Rua Tuiuti, 3040, CS, Tatuape, CEP 03307-005, São Paulo - SP, que lhe foi proposta uma ação Monitória por parte de Retour Ativos Financeiros Ltda, em Liquidação, alegando em síntese: Para cobrança da quantia de R$ 17.728,47, atualizado em 29/06/2007, oriunda do termo de adesão ao contrato de abertura de crédito em conta corrente – cheque especial, contrato nº 029.05495-4, firmado em 12/11/1.997, por meio do qual foi concedido um crédito rotativo na conta corrente no valor de R$ 500,00, ocorre que o requerido utilizou o crédito, porém não providenciou a cobertura do saldo devedor, tornando-se inadimplente. Encontrando-se o requerido em lugar incerto e não sabido, foi deferida sua CITAÇÃO por EDITAL, para termos da ação proposta e para que, em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, pague o débito devidamente atualizado até a data do efetivo pagamento, bem como honorários advocatícios de 5% sobre o valor atribuído a causa. Ficando isento de custas processuais em caso de pagamento no prazo legal, no mesmo prazo poderá oferecer embargos monitórios sem previa segurança do Juízo. Não sendo apresentados os embargos, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da Lei.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEME

RESUMO DE EDITAL

LICITAÇAO: Pregão Presencial nº 026/2022: **OBJETO**: Registro de preços para aquisição de medicamentos de "A" a "Z", éticos, por maior percentual de descontos sobre a tabela Cmed (base revista Cmed de 23/06/2021) para dispensa nas farmácias da rede pública e atendimento de demandas judiciais da secretaria de